

Governo assume 72 emendas mas apresentou quase 300

BRASÍLIA — O governo apresentou, através de sua liderança no Congresso, quase 300 emendas supressivas ao projeto da Constituição e não apenas 72, conforme foi anunciado. A dissimulação, segundo o graduado assessor do presidente José Sarney que revelou o número real de emendas, foi uma tática, pois se tinha certeza que os constituintes receberiam com má vontade as propostas do Palácio do Planalto.

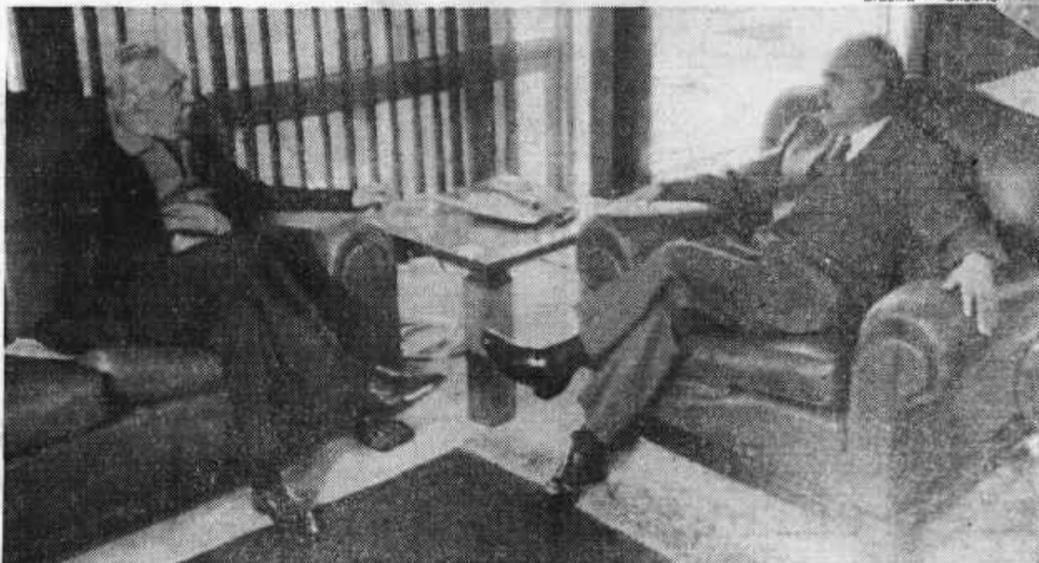
A princípio, o presidente Sarney e seu conselho político definiram três prioridades. A primeira abrangia cerca de 30 emendas, a segunda em torno de 70 e a terceira o restante. Essa escala, no entanto, será reestudada porque foi definida rapidamente para não que se perdesse o prazo para apresentação das emendas.

Além do tabelamento de juros, turno de seis horas para trabalho ininterrupto, censura a ministros e outros artigos que o governo pretende ver suprimidos, as emendas do governo abrangem outros temas. Entre eles, citou o informante, está a supressão do inciso 26 do artigo 5º,

que proíbe a penhora de pequenas propriedades para pagamento de débitos. O governo entende que isso não protege o pequeno produtor, na medida em que retira sua propriedade do mercado, anulando sua utilização como garantia para obtenção de crédito bancário.

Da mesma forma, a permissão exclusiva de censura telefônica na apuração de crimes deve ser revista, no entendimento do Planalto. Isso limitaria perigosamente o trabalho de apuração policial, alega o governo. Outro tema de emenda está no capítulo dos Direitos Individuais, no qual o atual texto estabelece que a lei regulará a individualidade da pena e a dotará, entre outros instrumentos, da suspensão e interdição de direitos.

"Provavelmente, os constituintes queriam se referir aos direitos civis, mas da forma como está pode-se entender como os direitos individuais", argumentou o assessor de Sarney. A igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso também foi motivo de emenda governamental.



Jânio perguntou a Sarney se os chineses continuariam usando uniformes de Mao Tse Tung

Flupeme propõe renegociação

A Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme) está disposta a apoiar a supressão da anistia dos débitos dos pequenos empresários, no segundo turno da Constituinte, se as lideranças partidárias se comprometerem com a aprovação de uma lei ordinária determinando a renegociação das dívidas contraídas pelos pequenos e médios empresários na época do Plano Cruzado.

Os diretores da Flupeme, Luís Otávio Athayde (vice-presidente) e Kleber Damasceno, levaram essa proposta ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e lhe pediram que se empenhasse para conseguir apoio junto ao governo. Ulysses respondeu que iria levar o assunto às lideranças, mas adiantou que um acordo, embora não impossível, é muito difícil. Mas difícil mesmo, disse Ulysses aos empresários, será convencer o governo a aceitar a renegociação.

No documento entregue ao depu-

tado, os empresários explicam em que bases pretendem negociar: quem hoje está pagando suas dívidas com cerca de 30% de juros mensais, poderia retornar às taxas da época do Cruzado (entre 2,5% e 3%, as mesmas em que foram contratados os empréstimos), e as dívidas parceladas em até 36 meses.

Assim, a Flupeme quer aumentar o número de empresários que receberão algum benefício para suas dívidas, porque a proposta aprovada — segundo Kleber "em clima muito emocional, que não deve se repetir" — vai beneficiar, de acordo com dados da entidade, somente 40% do empresariado pequeno. "Isso porque a mesma emenda diz que somente terão direito à anistia as empresas que faturarem anualmente até 25 mil OTNs", disse Luís Otávio.

Os diretores da Flupeme, que continuam em Brasília, procurarão contato direto com as lideranças partidárias.

Exército quer tirar artigos

BRASÍLIA — O Exército quer retirar do texto do projeto constitucional dois artigos aprovados no primeiro turno e já com emendas supressivas em andamento para o segundo que criam privilégios para os militares. De acordo com a assessoria parlamentar do Exército, o artigo que define a elegibilidade dos militares, ao abrir a possibilidade de eles se filiarem a partidos políticos, permite que se tornem "agregados", isto é, fiquem fora das Forças Armadas recebendo pagamento. E o que muda o sistema de aposentadoria "gera mais despesas para os cofres públicos e confusão administrativa".

O artigo sobre a elegibilidade determina que o militar "será agregado pela autoridade superior, a partir da filiação partidária, e, eleito, passará automaticamente para a inatividade, no ato de diploma". E, nesse caso, sem trabalhar para qualquer escalão do governo, porque o candidato estará trabalhando por sua própria candidatura.

O problema desse artigo, dizem os assessores, é de que não há qualquer definição de prazos mais específico. O

Estatuto dos Militares em vigor pelo menos estabelece um ponto de partida mais definido e mais curto: o da formalização da candidatura do militar. "O que significa que o militar tem primeiro que ganhar uma convenção partidária. Então é candidato e deve sair em campanha".

Por isso, o Exército se empenhará, segundo os assessores, para a aprovação da emenda que retira do texto a expressão "a partir da filiação partidária". Do jeito que está, "não se tem idéia do tempo em que um militar poderia ficar ganhando sem trabalhar", disseram. Uma vez suprimida a expressão, o prazo seria definido no novo Estatuto dos Militares.

As mudanças no sistema de aposentadoria, que preocupam os militares, mas também atingem áreas civis, poderá provocar mais confusão administrativa do que perdas importantes de recursos públicos, de acordo com os assessores. O projeto de Constituição até aqui abre a possibilidade de que os funcionários públicos, ao se aposentarem, escolham a legislação que lhes dá suporte legal: a que vigorou até 1965 ou a que lhe substituiu.

Número de emendas surpreende

Superando as expectativas dos líderes partidários, os constituintes apresentaram 1.844 emendas para o segundo turno de votação. Na tarde de ontem, o deputado Bernardo Cabral, relator da nova Constituição, já tinha analisado as primeiras 1.026. O tema mais visado, com 28 emendas, foi a extensão da aposentadoria especial dos professores de primeiro e segundo graus (homens, aos 30 anos, e mulheres, aos 25) para os professores universitários.

Pela lista de Cabral, os outros assuntos mais visados confirmavam a expectativa geral. Foram encaminhadas 19 emendas alterando a estabilidade no emprego concedida aos funcionários públicos com cinco anos de serviço. O terceiro ponto da relação surpreendeu: 16 emendas sobre os critérios para a inelegibilidade dos candidatos. Em seguida, vieram os temas relativos aos direitos dos trabalhadores: 13 emendas alterando a licença paternidade de oito dias; dez sobre o turno de

seis horas e nove tratando do direito de greve. Seguindo fielmente as regras fixadas pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, a Mesa encerrou o recebimento das emendas à meia-noite em ponto da noite de anteontem. Não houve o corre-corre para a apresentação, como o ocorrido, no primeiro turno, entre a liderança do PMDB e o Centrao. "Foi uma melancolia", na definição de um dos assessores do PMDB.

O deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS) queria apresentar mais do que quatro emendas, dizendo que o regimento restringia esse número às emendas supressivas, sendo omissivo sobre o número de emendas de redação. Mas não foi atendido. Até a próxima segunda-feira, Cabral deve analisar e classificar todas as 1.844 emendas. À tarde, ele havia dado parecer sobre 120 delas. A primeira sessão de votação em segundo turno está marcada para o próximo dia 25.